



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

30 junho 25

Edição nº 410

Página 1 de 12

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	2
ADMINISTRAÇÃO Portarias	4
EDUCAÇÃO Resoluções	4

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

EDITAL Nº 049/2025 - PROCESSO Nº 103/2025 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2025, do tipo menor preço global, o objeto à empresa: L.G. de Brito Silveira Me pelo valor total de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), autorizando a lavratura do respectivo Contrato.

Jarinu, 30 de junho de 2025.

Areli Formaggio de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 158/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna pública a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de Prestação de serviços de higienização de caixas d'água, sendo 2 (duas) aplicações de forma semestral, por período de 12 meses para diversas secretarias, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 01/07/2025

PRAZO FINAL : 03/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 222/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna pública a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de uma empresa especializada em telecomunicações, que possua

outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP – utilizando a tecnologia GSM para a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 01/07/2025

PRAZO FINAL : 03/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 167/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna pública a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de uma empresa especializada para execução de remanejamento de cabos de fibra óptica, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, testes e certificação, para atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Jarinu no prédio público localizado na Rua João Pessoa, no 560, Vila Rica, atualmente em reforma e ampliação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 01/07/2025

PRAZO FINAL : 03/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 162/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna pública a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição de TAMPÃO DE



FERRO PARA PV DE ÁGUAS PLUVIAIS, destinadas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município de Jarinu/SP.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 01/07/2025

PRAZO FINAL : 03/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 164/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna pública a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição emergencial de PNEUS PARA MÁQUINAS DA LINHA AMARELA, destinados para atender a demanda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município de Jarinu/SP.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 01/07/2025

PRAZO FINAL : 03/07/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

EDITAL Nº 040/2025 - PROCESSO Nº 063/2025 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE INDUMENTÁRIA PADRONIZADA, CALÇADOS E ACESSÓRIOS PARA OS AGENTES LOTADOS NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (GCM) E NA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE JARINU, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES

E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 035/2025, do tipo menor preço por lote, o objeto à empresa: MDR Confeções de Uniformes Ltda-Me, lotes 01 e 02; MMF Martori Calçados Me, lote 03. Autorizando a lavratura das respectivas Atas de Registro de Preços.

Jarinu, 30 de junho de 2025.

Haroldo Nanni Campos
Secretário Municipal de Segurança Pública

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

EDITAL Nº 039/2025 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 341/2024 - OBJETO: AQUISIÇÃO ÚNICA DE CHALEIRAS ELÉTRICAS, PURIFICADORES DE ÁGUA E BEBEDOUROS DE ÁGUA INDUSTRIAL DE COLUNA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 034/2025, do tipo menor preço por item, o objeto às empresas: M3Tecnologia & Informática Ltda-Me, itens 01 e 02; Amena Climatização Ltda-Epp, item 03; Tecnoblu Comercio de Refrigeração Ltda-Epp, item 04. Autorizando a lavratura dos respectivos Contratos.

Jarinu, 30 de junho de 2025.

Mirailton Moreira Gomes
Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 051/2025 - Edital nº 058/2025 – Processo nº 087/2025 do tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS BÁSICOS DE Mergulho para uso das UNIDADES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE JARINU/SP, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 15 de julho de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 15 de julho de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.



Jarinu, 30 de junho de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 13.576, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

“INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora da Conferencia Municipal de Saude, integrada pelos seguintes representantes:

- Cristiane de Jesus Fernandes
- Leticia Rodrigues Fonte Basso
- Luciano Augusto da Silveira Fernandes

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE

Município de Jarinu, 18 de Junho de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.577, DE 21 DE JUNHO DE 2025.

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da Servidora Municipal JAINE OLIVEIRA FUMACHE exercendo o emprego público de AUXILIAR DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, Resolve:

- Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. JAINE OLIVEIRA FUMACHE, portadora da Cédula de Identidade RG. 48.910.060-0 -SSP/SP, CPF. 437.874.828-22 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 058474 Série 359-SP, exercendo o Emprego Público de AUXILIAR DESENVOLVIMENTO INFANTIL, a prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 21/06/2025 a 19/08/2025, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do

afastamento concedido.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.578, DE 24 DE JUNHO DE 2025.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 649/2025”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

- Art. 1º - D E T E R M I N A R a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 649/2025, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 12.489, de 30 de outubro de 2023, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

- Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 24 de Junho de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

EDUCAÇÃO | Resoluções

Resolução Secretaria Municipal de Educação de Jarinu, nº 04 de 18 de junho de 2025.

Institui e regulamenta o funcionamento das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral e a ampliação da jornada diária de atendimento aos estudantes nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Ensino de Jarinu.



A Secretária de Educação do Município de Jarinu do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- A Constituição Federal de 1988 que garante em seus artigos:

Art. 205: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade.

Art. 206: Estabelece os princípios da educação, como igualdade de condições, gratuidade, gestão democrática e valorização dos profissionais.

Art. 208: Garante o atendimento em educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, com progressiva ampliação da jornada escolar.

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, O estatuto da criança e do Adolescente (ECA) :

Art. 53 A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, e garante o direito à educação plena, que não se limita à aprendizagem acadêmica, mas visa ao desenvolvimento humano, à cidadania e à formação para o trabalho.

- A Lei nº 9394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seus Artigos:

Art. 28- Educação do Campo- Garante que escolas do campo tenham currículo adequado, calendário ajustado à realidade rural e formação docente específica;

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns no inciso III- a jornada de trabalho será de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial, e de sete horas para a jornada integral;

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, e em seu § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

- A Lei nº 10.709/2003 (PNATE) – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, o programa federal transfere recursos para estados e municípios que oferecem transporte escolar a estudantes matriculados no Ensino Fundamental público.

- A Lei nº 11.738/2008- Que determina no artigo 2º, §4º: Que na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horário para o desempenho das atividades de interação com os estudantes e, no mínimo 1/3 (um terço) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse.

- A Lei nº 11.947/2009 - Regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante alimentação adequada a todos os estudantes da educação básica pública durante o período letivo.

Art. 2º - A alimentação escolar é direito dos estudantes da educação básica pública, devendo ser oferecida de forma universal, gratuita e com qualidade nutricional, respeitando as diversidades culturais, alimentares e regionais.

- A Lei 14.640/2023 que Institui o Programa Escola em Tempo Integral em âmbito nacional;

- As Diretrizes CNE/CEB nº 04/2010 orienta a organização, articulação e desenvolvimento do currículo da Educação Básica no Brasil e define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, como foco na formação humana integral, serve de base para currículos em tempo integral;

- A Resolução CNE/CEB nº 7/2010- reafirma a importância de “currículos flexíveis, integradores e interdisciplinares ideais para o tempo integral.”

- O Decreto nº 66.799/2022, trata do Programa Ensino Integral (PEI), que se aplica aos municípios do Estado de São Paulo, estabelece as regras e procedimentos para a implementação do programa, incluindo a adesão, a gestão das escolas e a participação dos profissionais da educação.

- A Lei Municipal nº 1997 de 17 de junho de 2015, institui o Plano Municipal de Educação e estabelece:

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) estudantes(as) da educação básica que visa ampliar a jornada escolar e o tempo de permanência dos estudantes na escola.

- A Lei nº 2087/2019, que dispõem sobre a criação do Programa “Fila Única” de informação sobre a demanda por acesso de crianças na Rede Municipal de Ensino de Jarinu.

- A Lei municipal nº- 231/2025, que dispõe sobre as alterações na Lei complementar nº 125/2011, por acréscimo de redação e dá outras providências.

- O Regimento Comum Educação Infantil e Educação Básica 04/08/2017 do município de Jarinu, documento normativo que estabelece as diretrizes gerais de funcionamento, organização pedagógica, administrativa e disciplinar das instituições escolares.

- O Currículo da Rede Municipal de Ensino de Jarinu (2019), aprovado pelo parecer CME nº 2 de 29 de junho de 2020.

- A Portaria SME nº 1.495, de 2 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

- O Regulamento da Educação Infantil no âmbito da rede de ensino do Município de Jarinu do Estado de São Paulo

- O regulamento da Jornada Ampliada

RESOLVE:



Artigo 1º- Implantar e implementar o Programa de Educação Integral na rede municipal de ensino de Jarinu;

Artigo 2º- Implantar a Escola de Educação em Tempo Integral em três instituições da rede, como projeto piloto e prever a gradativa oferta para outras unidades da rede municipal.

Parágrafo único - São consideradas Escolas de Educação Integral em Tempo Integral aquelas em que todos os estudantes são matriculados nesta modalidade de ensino.

Artigo 3º- Reafirmar a continuidade da oferta de vagas nos moldes anteriores à implementação formal desta política de Educação em Tempo Integral, com a manutenção das ações de ampliação da jornada escolar, oferecendo aos estudantes da Educação Básica atividades pedagógicas, recreativas e complementares, com vistas ao fortalecimento da aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes na Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme disponibilidade de vagas.

Parágrafo único: Compreende-se por Educação Infantil I os estudantes de 0 a 3 anos matriculados nas creches e por Educação Infantil II os estudantes de 4 e 5 anos matriculados na Pré- Escola da Rede Municipal de Jarinu.

Artigo 4º-. As Escolas de Educação Integral em Tempo Integral serão implantadas de forma progressiva, com jornada escolar igual ou superior a 07 horas diárias com o mínimo de 35 horas semanais, conforme a capacidade da rede, infraestrutura escolar e disponibilidade orçamentária.

Artigo 5º- As escolas municipais contempladas com a oferta de Educação Integral em Tempo Integral a partir de fevereiro de 2025, foram selecionadas com base em critérios de localização e contexto social. São instituições situadas na zona rural, que atendem majoritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade social, filhos de trabalhadores do campo.

Artigo 6º- As Escolas de Tempo Integral devem dispor de infraestrutura adequada para o funcionamento das atividades no contraturno, fator essencial para a implementação da jornada ampliada para trinta e cinco horas semanais de trabalho pedagógico, estando com salas disponíveis no turno inverso ou espaço no entorno que propicie a utilização pelos estudantes da unidade escolar.

Artigo 7º- A ampliação da jornada escolar é uma resposta às desigualdades educacionais presentes na sociedade, que afetam principalmente os estudantes de contextos mais vulneráveis.

Artigo 8º- A Educação Integral em Tempo Integral reduz as desigualdades de acesso a experiências formativas fora do ambiente escolar, com a inclusão de conteúdos extracurriculares, atividades esportivas e culturais, como garantia de uma educação mais inclusiva, equitativa e capaz de promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, atendendo não apenas às demandas cognitivas, mas

também aos aspectos emocionais, sociais e culturais de cada indivíduo.

Artigo 9º- A proposta de Educação Integral em Tempo Integral abrange não apenas as disciplinas da base comum curricular, mas também uma parte diversificada que favorece a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

Artigo 10 - Dos Objetivos: A proposta de Educação Integral em Tempo Integral neste município visa proporcionar uma formação integral dos educandos, considerando o desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo, físico, social e cultural, por meio de um currículo diversificado, em tempo ampliado, que favoreça o pleno aprendizado e a formação de cidadãos críticos e preparados para a vida em sociedade. E traz como objetivos específicos:

§ 1º. Ampliar o tempo de permanência na escola, promovendo uma educação mais significativa, rica e diversificada.

§ 2º. Garantir que todas as áreas do conhecimento sejam trabalhadas de forma interligada, e que a parte diversificada tenha ênfase em atividades que envolvam a cultura, o esporte, a arte e a cidadania, e a garantia de aprendizagens essenciais conforme o Currículo da Rede Municipal de Educação.

§ 3º. Desenvolver competências socioemocionais e éticas nos estudantes, fortalecendo sua capacidade de autonomia, cidadania, responsabilidade social, autoconhecimento, autorregulação, convivência e colaboração.

§ 4º. Criar um ambiente escolar inclusivo, que respeite a diversidade dos estudantes e que incentive o protagonismo no seu processo de aprendizado.

§ 5º. Utilizar os locais e equipamentos do entorno das unidades escolares como espaços educativos e inclusivos.

§ 6º. Promover a formação de professores e gestores, para que possam implementar práticas pedagógicas inovadoras e adaptadas à proposta de Educação Integral e em Tempo Integral que busque valorizar os saberes e a cultura da comunidade rural e urbana.

§ 7º. Fortalecer vínculos entre escola, família e comunidade.

Artigo 11- Os professores de Educação Básica I titulares de sala nas escolas de Educação Integral em Tempo Integral terão carga horária semanal de até 40 horas, respeitando a legislação vigente;

Artigo 12- Garantir a permanência na unidade escolar no ano da implantação de cada instituição, aos professores que não optaram por aumentar a carga horária, para que se adequem ao novo horário ou optem pela remoção para escola de período parcial na atribuição do ano seguinte.

Artigo 13- A implantação das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral garantirá a melhoria da qualidade do



ensino contribuindo para a diminuição da retenção e do abandono escolar.

Artigo 14- A Educação em Tempo Integral se consolida como uma estratégia efetiva para alavancar os indicadores educacionais, reduzir desigualdades sociais e promover a formação integral dos estudantes. Sua contribuição para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é comprovada por dados empíricos, com o apoio dos profissionais da educação e do engajamento da comunidade escolar.

Parágrafo único- Investir nesse modelo é investir não apenas no aumento de notas e conceitos, mas na construção de um país mais justo, com igualdade de oportunidades e aprendizagem para o desenvolvimento integral de todos.

Artigo 15 – Os princípios norteadores da Política de Educação Integral no município de Jarinu, consta no anexo I desta resolução.

Artigo 16 – As matrizes curriculares da Escola Integral em Tempo Integral, Período Integral da Educação Infantil e no Ensino Fundamental na rede municipal, estão inseridas como anexos de II a V desta resolução.

Parágrafo Único – A matrizes curriculares serão reelaboradas após a aprovação e homologação do currículo municipal, atualmente em processo de revisão, conforme as diretrizes legais e pedagógicas vigentes.

Artigo 17 - Esta resolução entra em vigor na data de sua implantação, produzindo efeitos retroativos a dezembro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Jarinu, 18 de junho de 2025.

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

Aprovado pelo Conselho de Educação em 18/06/2025

Rosângela Ap. S. M. Bruno
CPF 082.658.938 – 33
Presidente do CME

Anexo I - Resolução SME Jarinu nº 4 de 2025.

A Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jarinu: Documento Norteador

1.Introdução

A Educação Integral em Tempo Integral visa promover uma abordagem pedagógica, que não apenas capacite os estudantes academicamente, mas também os desenvolva de maneira integral, com ênfase no aprimoramento de habilidades cognitivas, intelectuais, sociais, emocionais e culturais. Ao oferecer uma jornada educativa mais ampla e diversificada, com uma carga horária ampliada, pretende-se garantir que os alunos tenham mais oportunidades para

aprender e se expressar, desenvolvendo competências para sua inserção plena e crítica na sociedade. Vem como forma de atender à meta 6 do Plano Municipal de Educação, propondo não apenas a ampliação do tempo na escola, mas a qualificação desse tempo com experiências educacionais significativas.

Em relação à Meta 6 do Plano Municipal de Educação - PME, até o ano de 2025, o previsto era que 50% das escolas e 25% dos estudantes do município fossem atendidos em tempo integral. No referido ano, o município conta com 22 escolas — das redes municipal, estadual e privada — que oferecem vagas ou turmas em período integral. Especificamente na rede municipal, 85% das escolas, incluindo creches, pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental, disponibilizam essa modalidade de ensino, atendendo 28% dos alunos em tempo integral.

As escolas municipais contempladas com a oferta de educação em tempo integral a partir de 2025, foram selecionadas com base em critérios de localização e contexto social. São instituições situadas na zona rural, que atendem majoritariamente alunos em situação de vulnerabilidade social, filhos de trabalhadores do campo. Além disso, essas escolas dispõem de infraestrutura adequada para o funcionamento das atividades no contraturno, fator essencial para a implementação dessa modalidade de ensino.

Portanto, a proposta de Educação Integral em Tempo Integral abrange não apenas as disciplinas da base comum curricular, mas também uma parte diversificada que favorece a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo contemporâneo. Esta política busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, que respeite suas particularidades e fortaleça as suas potencialidades.

2. Objetivos

A proposta de educação Integral em Tempo Integral neste município, visa proporcionar uma formação integral dos educandos, considerando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, social e cultural dos estudantes, por meio de um currículo diversificado, em tempo ampliado, que favoreça o pleno aprendizado e a formação de cidadãos críticos e preparados para a vida em sociedade. E traz como objetivos específicos:

1. Ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, promovendo uma educação mais significativa, rica e diversificada.
2. Garantir que todas as áreas do conhecimento sejam trabalhadas de forma interligada, e que a parte diversificada tenha ênfase em atividades que envolvam a cultura, o esporte, a arte e a cidadania, e a garantia de aprendizagens essenciais conforme o Currículo da Rede Municipal de Educação.
3. Desenvolver competências socioemocionais e éticas nos



estudantes, fortalecendo sua capacidade de autonomia, cidadania, responsabilidade social, autoconhecimento, autorregulação, convivência e colaboração.

4. Criar um ambiente escolar inclusivo, que respeite a diversidade dos alunos e os incentive a serem protagonistas de seu próprio aprendizado.

5. Utilizar os locais e equipamentos do entorno das unidades escolares como espaços educativos e inclusivos.

6. Promover parcerias e ações intersetoriais, visando integrar ações da saúde, assistência social, esporte, direitos humanos e segurança;

7. Garantir a gestão democrática nas instituições na forma da lei;

8. Promover a formação de professores e gestores, para que possam implementar práticas pedagógicas inovadoras e adaptadas à proposta de Educação Integral em Tempo Integral e que busque valorizar os saberes e a cultura da comunidade rural e urbana.

9. Fortalecer vínculos entre escola, família e comunidade.

3. Justificativa

A ampliação da jornada escolar é uma resposta às desigualdades educacionais presentes na sociedade, que afetam principalmente os estudantes de contextos mais vulneráveis. A educação integral busca superar as limitações do modelo tradicional, em que as atividades escolares se restringem a um número reduzido de horas. Em um mundo cada vez mais dinâmico e complexo, os estudantes precisam de mais tempo para explorar diferentes áreas do conhecimento, desenvolver habilidades socioemocionais e se engajar em atividades culturais.

Ressalta-se que a Educação Integral em Tempo Integral contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, já que amplia as oportunidades de aprendizado e reforça a relação de apoio entre escola, família e comunidade. A proposta visa, ainda, reduzir as desigualdades de acesso a experiências formativas fora do ambiente escolar, como conteúdos extracurriculares, atividades esportivas e culturais, que muitas vezes estão disponíveis apenas para uma parcela privilegiada da população.

Dessa forma, a política de Educação Integral em Tempo Integral justifica-se pela necessidade de uma educação mais inclusiva, equitativa e capaz de promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, atendendo não apenas às demandas cognitivas, mas também aos aspectos emocionais, sociais e culturais de cada estudante.

4. Bases Legais da Educação Integral em Tempo Integral

O direito ao desenvolvimento integral do estudante está garantido na legislação brasileira, conforme estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, quando

mentiona o pleno desenvolvimento das pessoas através da educação, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (...)” e nesta perspectiva o tempo de permanência ampliado favorece significativamente para o desenvolvimento pleno dos educandos.

Podemos mencionar ainda como importante marco legal o Artigo 206 da Constituição Federal, que estabelece os princípios que norteiam o ensino no Brasil, incluindo-se os princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o VII - garantia de padrão de qualidade. Desta forma, a oferta de educação em tempo integral vem para garantir tais direitos com vistas principalmente aos direitos relacionados aos padrões de qualidade do ensino ofertado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), desde 1996 já estabelece no artigo 34, parágrafo 2º, a necessidade das redes de ensino de progressivamente, garantirem a ampliação do período escolar, a saber “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. No que diz respeito à Educação Infantil e Ensino fundamental, o artigo 31, inciso III (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) garante “atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral”.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 já abordava a necessidade de superar a visão de educação apenas em tempo parcial, incentivando experiências e propostas de educação em tempo integral, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Ele propunha a articulação da escola com ações de saúde, esporte, cultura, lazer e assistência social, destacando a importância de um trabalho intersetorial para promover a formação plena dos alunos. Ainda que o termo “educação integral” não fosse constantemente utilizado ao longo do texto, várias metas e estratégias mencionaram a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e a oferta de atividades complementares como forma de promover uma formação mais abrangente. Havia já neste documento o destaque para a educação integral na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, com incentivo à criação de centros de educação infantil em tempo integral e programas de apoio pedagógico estendido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no artigo 53, estabelece a educação como um direito fundamental e garante que a escola deve promover o pleno desenvolvimento da criança, abrangendo aspectos físicos, mentais, morais e sociais. A escola em tempo integral, ao oferecer uma jornada mais extensa e diversificada, contribui para a efetivação desse direito, ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos alunos.

Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação



Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010)- vem reforçar o papel da escola como espaço de formação integral do estudante, propondo e apoiando o tempo integral como estratégia pedagógica e de equidade.

O Plano Municipal de Educação (PME), com base no Plano Nacional de Educação, especificamente na Meta nº 06 estabelece que o município até o ano de 2025 deve “Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas e atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.”

5. Histórico do Ensino em Tempo Integral no Município

A Educação em tempo Integral no Município de Jarinu teve início com o Programa de Jornada Ampliada foi criado no início da década de 1990 com o nome de CRIART, pela Secretaria de Assistência Social, tendo como objetivo principal de atender no contraturno do Ensino Regular as crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental em situação de vulnerabilidade ou de exploração do trabalho infantil. Sempre com vagas limitadas e de caráter assistencialista, o programa desde o início teve como critério a renda familiar, priorizando o atendimento às crianças carentes.

A partir do ano 2001, o município aderiu ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de âmbito Nacional que contava com apoio técnico-financeiro do Governo Federal e visava atender famílias com crianças e adolescentes de sete a quinze anos da zona urbana e rural, com renda per capita de até meio salário mínimo. As crianças e adolescentes atendidos trabalhavam em atividades perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. O objetivo principal era ajudar as famílias que dependiam do trabalho dos filhos para sobreviver, por meio de atendimento destes no contraturno e oferta de bolsa mensal por criança. A Secretaria de Assistência Social, nesta época (2003) era associada à Secretaria de Educação, denominada de Departamento de Educação, Esporte, Cultura e Assistência Social (DEECAS). O PETI teve curta duração e a partir de 2003 teve continuidade no município de Jarinu, ainda com cunho assistencialista, passando a ser chamado de CRIART e posteriormente de Espaço Amigo.

Somente a partir de 2011 houve a denominação de Jornada Ampliada, mantendo as mesmas características do Programa inicial, sem relação com o ensino regular obrigatório já garantido a todos os alunos do município pela Rede Municipal de Ensino. Desta forma, o Programa absorvido pela Secretaria de Educação passou a ser implantado em algumas escolas da Rede Municipal com vagas limitadas, por não se tratar de Ensino Regular Obrigatório. Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas não contemplavam as disciplinas da Matriz Curricular do Ensino Obrigatório, mantendo o seu caráter social e complementar ao Ensino Regular, sendo esse Programa considerado Ensino não-formal, estabelecido por Lei Municipal.

Em relação às creches e pré-escolas, estas sempre atenderam às crianças em períodos parcial e integral, de acordo com as necessidades das famílias e/ou condições de vulnerabilidade.

6. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE JARINU

O atendimento aos educandos em tempo integral neste município se dá de diferentes formas, a depender do nível de ensino e da forma de implantação, conforme detalhado a seguir.

6.1 EDUCAÇÃO INFANTIL I

A Educação Infantil I é composta por crianças de 0 a 3 anos atendidas nas creches municipais. Nesta etapa de ensino há oferta da maior parte das matrículas em tempo integral, com dobra de carga horária e atendimento em dois períodos completos de aula.

As matrículas em tempo integral nas creches são ofertadas por meio de fila de espera única, conforme a Lei 2087/2019 realizada na Secretaria Municipal de Educação e publicada no Site Oficial da prefeitura, com critérios que consideram a vulnerabilidade e necessidades sociais dos educandos para a priorização de oferta quando necessário.

Quanto ao tempo de permanência dos estudantes em período integral nas creches é correspondente ao tempo em que as instituições ficam abertas, normalmente das 7h às 17h30min.

Em relação à nutrição, são ofertadas 5 refeições diárias com cardápio adequado às necessidades nutricionais das crianças desta faixa etária.

6.2 EDUCAÇÃO INFANTIL II

A Educação Infantil II na Rede Municipal de Ensino de Jarinu atende a crianças de 4 a 5 anos nas turmas de Pré-Escola I e II. Nesta etapa de ensino, em período integral o horário de atendimento é das 7h30min às 16h30min. As vagas são ofertadas conforme disponibilidade física de cada instituição de ensino, normalmente com a oferta de algumas turmas em período integral em cada unidade escolar.

Quanto à alimentação, há a oferta de 4 refeições diárias conforme cardápio elaborado por nutricionista responsável pelo setor de merenda escolar, considerando as necessidades nutricionais das crianças e conforme legislação vigente.

Em relação às vagas, são ofertadas conforme regimento comum das escolas municipais e respeitadas as condicionalidades, que consideram como prioritários os estudantes em situação de vulnerabilidade.

6.3 ENSINO FUNDAMENTAL

A Rede municipal atende aos estudantes do Ensino Fundamental em período integral de Jarinu, visando atender às crianças matriculadas, e no contraturno, com vagas



direcionadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Utiliza-se esse critério para a disponibilização de vagas de acordo com o espaço físico existente nas unidades escolares de cada bairro.

O Programa tem como base legal o Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Jarinu, aprovado na data de 04 de agosto de 2017, pelo Conselho Municipal de Educação e atende aos estudantes, priorizando os casos de vulnerabilidade.

As turmas são formadas por alunos de diferentes faixas etárias que variam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, de acordo com a necessidade e capacidade física de cada unidade escolar.

Há também a oferta de 5 refeições diárias respeitando-se as necessidades nutricionais e a legislação vigente para elaboração do cardápio por nutricionista responsável.

6.4 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - PRÉ ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL

Conforme mencionado anteriormente, a Meta 6 dos Planos Nacional e Municipal de Educação estabelece que, até o final de 2025, aproximadamente 50% das escolas devem oferecer Ensino em Tempo Integral, atendendo a cerca de 25% dos alunos.

De acordo com dados de 2024 da Rede Municipal de Ensino de Jarinu, das 20 instituições de ensino, 14 ofereciam vagas em período integral, embora esse número não corresponda ao total de estudantes atendidos por essas unidades. No total, 1.055 dos 4.563 alunos matriculados, incluindo creche, pré-escola e ensino fundamental, foram atendidos em período integral, o que representa aproximadamente 23,12% do total. Dessa forma, ainda faltava 1,88% para atingir a meta estabelecida, considerando as competências da rede municipal.

A partir desse diagnóstico, tornou-se evidente a necessidade de desenvolver novas estratégias para expandir essa modalidade de ensino, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade que priorize a equidade, a garantia de direitos e o alcance das metas.

Desta forma, no ano de dois mil e vinte e três houve a adesão pela Secretaria Municipal de Educação ao Programa de Educação Integral (PEI) do MEC, com parceria na busca de condições de implementação, visando o apoio técnico e financeiro do governo federal através do FNDE e assinatura de um termo de compromisso com plano de ação do município para a ampliação do número de matrículas em Tempo Integral nas instituições de ensino da rede.

Por meio deste compromisso, optou-se por iniciar a implantação das escolas de tempo integral pelas escolas do campo onde o espaço físico permite a permanência dos estudantes na escola no contraturno, além de considerar também a situação de vulnerabilidade dessas crianças, cujos

pais trabalham nos sítios com pecuária e agricultura em sua maioria.

Neste processo de expansão e implantação da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino, são atendidas as EMEF “Rodolpho Soranz”, EMEF “Juvenal de Souza” e EMEF “Fioravante Doratiotto”. A partir do ano letivo de 2025, essas três unidades escolares passaram a oferecer a Educação em Tempo Integral, em Turno Único, de trinta e cinco horas semanais, tanto no Ensino Fundamental – anos iniciais, quanto na Educação Infantil II.

Nestas escolas, diferente das outras do município, todos os alunos foram matriculados em Período Integral, com duração de 7 horas diárias e 35 semanais, como um projeto piloto, podendo ser progressivamente estendido a outras escolas da rede. A implantação ocorreu no início do ano de 2025 para cumprir com o compromisso firmado entre os entes federados.

As Escolas de Educação Integral em Tempo Integral tem instituída a matriz curricular específica, com a carga horária no Ensino Fundamental e na Educação Infantil II de 23 aulas semanais com os componentes da Base Nacional Comum Curricular e 12 aulas semanais constituídas pela parte diversificada do currículo.

O horário das aulas e seus componentes curriculares, assim como a quantidade de aulas são descritos na matriz curricular do Ensino Fundamental e da Educação Infantil II, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC-Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 e com complemento da Resolução da SME nº 3 de 15 de abril de 2025- Currículo Complementar da Educação Infantil Pré-Escola.

As refeições ofertadas são feitas através de um cardápio balanceado proposto pela nutricionista, de acordo com os parâmetros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a complementação do município. São oferecidas aos estudantes quatro (4) refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde. Nestes momentos também ocorre a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene pessoal e ambiental, com o objetivo de desenvolvimento da autonomia e responsabilidade no cuidado com a saúde.

A Escola de Tempo Integral obedece a carga horária de no mínimo 7 (sete) horas diárias, distribuídas entre:

1. Atividades da Base Comum Curricular, ministradas por docentes habilitados e concursados no quadro do magistério da Prefeitura Municipal de Jarinu;
2. Atividades da Base diversificada são realizadas nos ambientes de aprendizagens e outros espaços livres, na própria unidade escolar ou no entorno;
3. O almoço é realizado dentro da carga horária, com foco na alimentação saudável, cuidados com a higiene e saúde com



o acompanhamento e orientação dos educadores.

4. O horário de funcionamento da escola é das 7h às 14h10min.

5. Os horários para refeições poderão ser organizados de acordo com as necessidades de cada instituição, respeitando as necessidades nutricionais dos estudantes, desde que não interfira na quantidade de aulas a serem dadas no período. Tendo como orientação:

a) Café da manhã até as 7:00 horas, antes do início da aula, de acordo com a chegada dos alunos;

b) 9h30min às 9h50 - Lanche;

c) 9h50 às 11h50 - Atividades Pedagógicas seguindo o currículo da rede municipal de ensino;

d) 11h50 – 12h30 – Almoço;

e) 12h30 – 14h10 – Trabalho Pedagógico com a parte diversificada;

f) 14h10 - término das aulas;

g) 14h10 – Lanche da tarde.

6.4.1 Expansão, Implantação e Implementação das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral no município de Jarinu

A implantação do Programa de Educação Integral (PEI) exige um planejamento estratégico e a articulação de diversos atores, incluindo secretaria de educação, gestores escolares, professores, famílias e a comunidade, além das demais secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio de parcerias intersecretoriais.

A seguir, apresentam-se as principais etapas para a implantação desta Política:

- Levantamento das condições atuais das escolas e da infraestrutura disponível, incluindo o número de estudantes, a capacidade física das instituições, a formação dos professores e as necessidades da comunidade escolar.
- Viabilização de condições de atendimento com garantia de funcionários suficientes, oferta de transporte escolar em horário diferenciado e oferta de alimentação, com 4 refeições diárias;
- Estudo do Impacto financeiro para a implantação, garantindo a viabilidade do Programa.
- Reunião com os funcionários, seguida de encontro com os pais, para a apresentação da proposta e dos objetivos e a forma de implantação.
- Proposta de aumento de carga horária de 30 para 40 horas semanais aos professores polivalentes efetivos das escolas;

- Garantia de permanência na unidade escolar no ano da implantação em cada instituição aos professores que não optaram por aumentar a carga horária, para que se adequem ao novo horário ou optem pela remoção para escola de período parcial na atribuição do ano seguinte;

- Implantação da proposta em três escolas do campo, como um projeto piloto;

- Monitoramento do Programa e ajustes necessários;

- Construção de matriz curricular específica para as escolas de Tempo Integral, com 35 aulas semanais, composta por uma parte comum e outra diversificada;

6.4.2- Ações de implementação:

- Capacitação de Educadores: Investir na formação continuada dos educadores, de modo que possam compreender a proposta da educação integral em tempo Integral e aplicar metodologias pedagógicas inovadoras e integradas ao longo de toda a jornada escolar.

- Currículo Integrado: Elaborar um currículo que contemple todas as áreas do conhecimento e permita o desenvolvimento de atividades diversificadas, como esportes, artes, cultura, cidadania, educação ambiental, educação para o Estudo das Relações Étnico Raciais, entre outras conforme matriz curricular.

- Parcerias e Articulações: Estabelecer parcerias com as secretarias municipais de Esporte, Meio Ambiente, Saúde, Cultura, Mobilidade, etc., assim como com organizações sociais, culturais e esportivas da comunidade, possibilitando aos alunos o acesso a atividades extracurriculares qualificadas, além de fomentar o envolvimento das famílias na educação de seus filhos.

- Infraestrutura e Recursos: Promover a ampliação qualificada das oportunidades de aprendizagens na ocupação dos espaços públicos do entorno da Unidade Escolar, reconhecendo o potencial educativo do território na formação das crianças, além de garantir recursos pedagógicos adequados para o ensino de qualidade.

- Avaliação e Acompanhamento: Implantar um sistema contínuo de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, com indicadores claros que permitam avaliar o impacto da educação integral no desenvolvimento dos estudantes. O acompanhamento deve ser feito por meio de reuniões periódicas com os gestores e docentes, além de feedbacks regulares das famílias e da comunidade escolar.

- Apoio Psicossocial: Oferecer suporte psicológico e social aos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, de modo a garantir um ambiente saudável e acolhedor que favoreça o aprendizado integral.

- Regimento Interno: As escolas de Tempo Integral terão um documento adequado à sua realidade que estabeleça



as regras, diretrizes e procedimentos que garantam o bom funcionamento da instituição de ensino e a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação acompanhará a expansão das matrículas de tempo integral. A avaliação será realizada periodicamente por meio de reuniões com as equipes gestora e pedagógica das escolas, com registro dos principais pontos que possam impactar, positiva ou negativamente, os resultados obtidos nessa modalidade de ensino.

A SME por meio da equipe técnica e supervisão escolar, ficará responsável pelo acompanhamento administrativo e pedagógico contínuo, com o objetivo de monitorar a evolução do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes matriculados em período integral. Os registros serão realizados por meio de relatórios elaborados pela equipe da Secretaria de Educação durante visitas periódicas às unidades escolares.

Os relatórios serão fundamentados nos seguintes critérios: quantidade de crianças atendidas, qualidade do ensino, frequência dos estudantes, adequação do material didático-pedagógico, condições da estrutura física, aplicabilidade da Matriz Curricular, atuação dos profissionais, rendimento escolar dos estudantes, entre outros aspectos pertinentes. Durante as visitas, será feita uma análise conjunta com a equipe gestora, pedagógica e os professores, a fim de identificar situações que demandem maior atenção. Serão propostas ações estratégicas para enfrentar os desafios apontados, visando à melhoria contínua da qualidade da Educação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta do ensino em tempo integral no município de Jarinu é um compromisso que propõe avanços significativos na qualidade educacional. Contudo, o município deve continuar a enfrentar os eventuais desafios estruturais e adaptar suas estratégias para assegurar que os estudantes possam beneficiar-se plenamente desse modelo educativo. O equilíbrio entre as necessidades locais, a diversidade cultural e as metas educacionais será crucial para o sucesso contínuo desse programa.

A proposta dessa modalidade de ensino mostra como a educação pode ser adaptada para atender às necessidades multifacetadas dos estudantes e da comunidade. Ao integrar o currículo com a cultura local, aproveitar recursos comunitários e promover um desenvolvimento global, Jarinu está buscando um modelo educacional que, além de proporcionar uma educação de qualidade, pretende também à formação de cidadãos plenos e engajados.

Para que a educação integral alcance seu potencial máximo, é fundamental que todos os atores continuem a colaborar e a se comprometer com o processo educativo, garantindo que a teoria da gestão democrática se traduza em prática

efetiva e resultados tangíveis para a comunidade e para os estudantes.

Contudo, o sucesso dessa proposta dependerá da contínua sensibilização da comunidade e da adaptação da política educacional às realidades locais e às necessidades emergentes. A implementação e o aprimoramento dessa proposta serão essenciais para alcançar os objetivos e atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Jarinu, 18 de junho de 2025.

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

Aprovado pelo Conselho de Educação em 27/06/2025

Rosângela Ap. S. M. Bruno
CPF 082.658.938 – 33
Presidente do CME